

Governo envolto em situação incômoda

ANC 88
 Pasta 20 a 30
 Jan/87
 158

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Não é cômoda a posição do governo às vésperas da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Criticado por forças e setores os mais díspares, envolto em contradições internas e hesitando na ação para debelar a crise econômica, o presidente José Sarney corre o risco de ver esse quadro transplantar-se para os debates constituintes. Aquilo que pode parecer o interesse oficial nas definições da nova Carta se arrisca pelo simples fato de parecer, a não ser aprovado e a levantar contestações. Exemplos: os seis anos de mandato presidencial, a preservação do presidencialismo, a prevalência da União na reforma tributária, a permanência das Forças Armadas na garantia da ordem interna e outros.

Não deixa de ser trônico assistir, como assistimos esta semana, ao ex-ministro Delfim Netto, ao governador Leonel Brizola e ao deputado Luís Ignácio da Silva falar a mesma linguagem. Sem tirar nem pôr, eles dão a impressão de pertencer a um mesmo partido, integrados num denominador comum de críticas veementes ao comportamento do Palácio do Planalto.

Delfim Netto chegou à Brasília disposto a colaborar e a não ocupar lugar de destaque no palco. Com humildade, pretende pagar o preço necessário, em tempo, à sua aclimatação a um poder de que nunca fez parte, o Legislativo. Mesmo assim, não está poupando o governo federal, ainda que procure, por enquanto, poupar a pessoa do presidente José Sarney. Fala que a Nova República é, antes de tudo, peculatória, porque vendeu ao povo, e não pagou, a eleição presidencial direta, o congelamento de preços, a opção pelo social e a distribuição de renda. Se os empresários paulistas são acusados de desobediência civil, muito mais desobediente tem sido o governo, desde que lançou o Cruzado I, uma simples ilusão que o País é obrigado a pagar, agora.

Delfim não admite como o Ministério possa comportar-se tão conflitantemente, com cada ministro agindo de per si e contra os demais. Sua previsão é de desastre iminente, se não forem tomadas medidas objetivas. A economia ameaça desmoronar.

Pois outra não é a linguagem de Leonel Brizola. Em sua meteórica passagem pela Capital Federal, quarta e quinta-feira, jogou barro no

ventilador e o barro colou em todas as paredes. Acusou a Nova República de ser um engodo, muito parecida com os bufões que distraem a platéia entre dois atos de uma peça dramática. Eles não conhecem o enredo e costumam até arrancar aplausos, pelas bufonices que fazem. No caso, o primeiro ato foi a Revolução de 64 e o segundo é ele mesmo, quando tomar o poder. Brizola não poupou o presidente Sarney, e, em particular, foi muito mais virulento do que de público. Em entrevista coletiva classificou o presidente de biónico e de incompetente, mas, depois, saiu-se com palavreado impubescível. Disse que o Plano Cruzado II, da forma como foi editado, logo após as eleições e por decretos-leis, bastaria para justificar um processo de impeachment de Sarney, e que, por muito menos, o presidente Ronald Reagan enfrenta a ira do Congresso americano.

Luís Ignácio da Silva fala menos, ainda que até mais grosso, e age mais. Está preparando manifestação sindical para os jardins do Palácio do Congresso, domingo. Quer 20 mil sindicalistas agrupados defronte às paredes de vidro do Legislativo, certamente que não para aplaudir os constituintes. Pelo contrário, para valá-los e pressioná-los. Mesmo que só consiga reunir dois mil, a temperatura ficará quente. Está contra o Pacto Social, chama o governo de mentiroso e já forma com o grupo sequioso de ver interrompido o mandato do presidente Sarney. No que depender dele, a nova Constituição mudará todo o arcabouço institucional do País, acabando de estatizar a economia e dando todo o poder aos sindicatos.

Não é de graça que essas coisas acontecem. Estivessem os três líderes referidos empenhados nessa linguagem há pouco menos de um ano e seriam repudiados por toda a opinião pública. Aliás, foram, pelo menos no caso de Brizola, que se meteu a criticar o Cruzado I. O diagnóstico da situação atual não é novo, vem sendo feito há algumas semanas, mas nem por isso perdeu a oportunidade.

Essas coisas acontecem por ter o governo deixado de governar. O Palácio do Planalto perdeu o controle da Esplanada dos Ministérios, e o Executivo, como um todo, deixou de deter os controles da Nação. Não é mais respeitado nem infunde respeito. A conclusão óbvia está em que tudo isso refletirá na Assembléia Nacional Constituinte.

C.C.